

O ciclo grevista no Rio de Janeiro na inflexão da ditadura militar

Uma análise da articulação entre sindicatos e movimentos sociais (1978-1979)

The strike cycle in Rio de Janeiro in the inflection of the military dictatorship: an analysis of the articulation between unions and social movements (1978-1979) / El ciclo de huelgas en Río de Janeiro en la inflexión de la dictadura militar: un análisis de la articulación entre sindicatos y movimientos sociales (1978-1979)

Marco Aurélio Santana

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor titular do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ, Brasil.
msantana@ifcs.ufrj.br

Alexandre Barbosa Fraga

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor adjunto do Departamento de Sociologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil.
alexbraga@yahoo.com.br

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar, por meio de jornais e da história oral, as articulações construídas por um conjunto diversificado de organizações e sindicatos no Rio de Janeiro em 1978 e 1979. Defende-se que esse tipo de arranjo mobilizatório é um dos fatores explicativos para compreender como, no final dos anos 1970, a classe trabalhadora brasileira conseguiu ultrapassar os limites a ela impostos pela ditadura militar.

Palavras-chave: trabalho; sindicatos; greve; ditadura militar.

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze, through newspapers and oral history, the articulations built by a diverse set of organizations and unions in Rio de Janeiro in 1978 and 1979. It is argued that this type of mobilization arrangement is one of the explicative factors to understand how, in the late 1970s, the Brazilian working class was able to overcome the limits imposed on it by the military dictatorship.

Keywords: labour; trade unions; strike; military dictatorship.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es analizar, a través de periódicos y historia oral, las articulaciones construidas por un conjunto diverso de organizaciones y sindicatos en Río de Janeiro en 1978 y 1979. Se argumenta que este tipo de organización de la movilización es uno de los factores explicativos para comprender cómo, a fines de la década de 1970, la clase obrera brasileña logró superar los límites impuestos por la dictadura militar.

Palabras clave: trabajo; sindicatos; huelga; dictadura militar.

Introdução

A ditadura militar brasileira (1964-1985) considerou trabalhadores/as e movimento sindical como alvos primordiais de suas ações de controle e repressão. Antes mesmo do golpe de Estado, tornaram-se muito visados/as por realizarem grandes greves nos primeiros anos da década de 1960, por serem favoráveis às reformas de base – que incluíam melhores condições de moradia, reforma agrária e conquistas trabalhistas, com destaque para o aumento expressivo de salários –, e, em geral, por terem se mobilizado politicamente em apoio ao presidente João Goulart. Nesse sentido, e durante o tempo em que se manteve no poder, o regime militar reprimiu fortemente o movimento operário e as tentativas de greve; interveio nos seus órgãos representativos; afastou direções eleitas; invadiu e depredou sedes de entidades; apreendeu e destruiu documentos; cassou direitos, prendeu, torturou e executou lideranças; proibiu a imprensa sindical; e adotou políticas econômicas e sociais de extrema exploração da força de trabalho, como o arrocho salarial (CNV, 2014).

Apesar de todas essas ofensivas tentarem impedir que as organizações de trabalhadores/as estruturassem qualquer possibilidade de resistência ao golpe, os sindicatos reagiram e buscaram caminhos de luta. Em alguns momentos, quando a repressão alcançou níveis extremamente elevados e fez-se sentir por práticas ferozes, as ações empreendidas ficaram restritas às fábricas e aos bairros, nos quais uma organização mais silenciosa ganhava corpo, mantendo os/as trabalhadores/as informados/as e conscientes da situação política pela qual o país passava e de suas reverberações para a classe trabalhadora. Em outras ocasiões, como no final da década de 1970, foi possível romper com esses limites impostos pelo regime, realizando mobilizações de grande visibilidade e força pública. É nessa retomada de espaços que se situam as greves metalúrgicas do ABC paulista (1978).

A experiência dessas grandes greves pode ser também conectada com os movimentos sociais. Sader (1988), por exemplo, analisou a entrada de novos/as personagens na cena pública entre 1970 e 1980. Trata-se de movimentos populares, como clubes de mães da periferia e comissões de saúde, os quais trouxeram novas modalidades de expressão social e de representação das condições de classe. Segundo o autor, nas greves do final da década de 1970 em São Paulo, as identidades constituídas nesses movimentos, assim como as dos grupos de fábrica e do sindicalismo de São Bernardo, embora mutuamente influenciáveis, permaneceram diversas. Essas mobilizações grevistas

expressivas proporcionaram “momentos de fusão”, nos quais lutas autônomas e que caminhavam paralelas apresentaram, mesmo que temporariamente e sem perder a singularidade, elementos aglutinadores, produzindo novas formas de identidade coletiva (Sader, 1988, p. 312).

O objetivo deste artigo é analisar tanto a pluralidade de sindicatos de diferentes categorias profissionais mobilizados no Rio de Janeiro no final da década de 1970 quanto a articulação entre eles. Busca-se compreender, nesse sentido, como foi possível aos trabalhadores e às trabalhadoras nessa época ultrapassarem os limites impostos a eles/as pela ditadura e reaparecerem a céu aberto, depois de longo período de uma luta mais silenciosa nas fábricas. Em termos externos ao movimento sindical, esse momento é marcado no Brasil por certa flexibilização do regime militar, já em algum nível com Geisel (1974-1978) e sobretudo com Figueiredo (1979-1985). No entanto, apenas a existência de uma janela de oportunidade política não é suficientemente esclarecedora. É preciso considerar também fatores internos, em uma tríade explicativa: a realização de grandes greves metalúrgicas no ABC paulista, a colaboração entre sindicatos e movimentos sociais e a pluralidade e articulação entre diferentes sindicatos e greves no período.

Para alcançar esse objetivo, duas metodologias são utilizadas. A primeira delas é a pesquisa em jornais da época. Por meio do acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, foi possível consultar, em uma primeira etapa, os termos “greve”, “trabalhadores” e/ou “trabalhadoras” para os anos de 1978 e 1979. Depois de filtrar os resultados, chegou-se a uma segunda etapa, em que se buscou pelo nome das categorias identificadas anteriormente, de forma a garantir a eficácia do processo. O material reunido foi extraído de periódicos como *Jornal do Brasil*, *O Fluminense* e *Tribuna da Imprensa*, nos quais houve acesso a inúmeras notícias e reportagens retratando o cotidiano de greves de trabalhadores/as de diferentes ocupações no Rio de Janeiro. Refletindo sobre esse tipo de fonte, muito enfatizado e revisitado para a compreensão da história do movimento operário, é pertinente considerar seu contexto de produção e confrontá-lo com outras fontes disponíveis (Luca, 2006).

Por sua vez, a segunda metodologia empregada, que permite esse co-tejamento com os jornais, é a história oral. A presente pesquisa entrevistou, entre 2017 e 2020, 15 trabalhadores/as, entre homens e mulheres, que

participaram da greve metalúrgica de 1979 no Rio de Janeiro.¹ O contato com eles/as tornou-se possível devido ao apoio de um ex-diretor do sindicato da categoria nos anos 1980 e à indicação sucessiva de novos/as participantes pelos/as anteriores. As entrevistas contemplaram aspectos da trajetória de vida dessas pessoas, como família, entrada no setor metalúrgico, militância, envolvimento com a greve de 1979 e pós-greve até a atualidade. Sendo assim, permitiram compreender possíveis articulações entre os sindicatos no contexto das grandes mobilizações de trabalhadores/as no fim da década de 1970. Isso é possível observando-se a memória individual de cada entrevistado/a e a memória coletiva que o conjunto permite delinear (Halbwachs, 1990), bem como até mesmo as memórias concorrentes e em disputa entre eles/as (Pollak, 1989).

Além desta introdução e da conclusão, o artigo está dividido em três seções. Na primeira delas, apresentam-se algumas das consequências da ditadura para a organização dos movimentos sindicais, indicando limites e possibilidades de suas lutas de 1964 até meados da década de 1970. Na segunda parte, analisam-se as grandes greves do setor metalúrgico do ABC paulista, em 1978, as quais indicaram de forma expressiva capacidade de organização, de mobilização e de contestação. Na terceira e última seção, por meio de notícias de jornal e de entrevistas com trabalhadores/as, investigam-se, no Rio de Janeiro, a pluralidade de categorias em greve e a articulação entre elas em 1978 e 1979.

Esse caminho percorrido pelo texto permite desenvolver e sustentar o argumento central de que a ruptura com os limites impostos pela ditadura aos/as trabalhadores/as tornou-se possível no final da década de 1970 não apenas pelas grandes greves metalúrgicas do ABC paulista e pela relação mais estreita entre sindicatos e movimentos sociais, mas também por uma forte articulação entre diversas categorias profissionais, com apoios mútuos em suas greves. Essa tripla confluência de fatores é que pode explicar a existência e a garantia, nesse período, de um ciclo virtuoso de mobilizações no Rio de Janeiro, o qual desafiou profundamente a ditadura, recolocou os/as trabalhadores/as na cena pública, retomou e ampliou espaços de participação política e de luta, acelerou a crise do regime militar e colaborou para o processo de redemocratização da década seguinte.

1 Foram entrevistados/as Antônio Maurício Silva, Carminha Ferreira (Carminha), Doraci Barbieri, Edinalva Menezes, Georgina dos Santos, Jaqueline Loureiro, João Leal de Araújo (Leal), José Severino de Paulo (Severino), Luiz Oliveira, Maria Amélia de Aquino, Maria de Fátima Santos (Fátima), Maria Inês Guimarães (Inês), Maria Lúcia Guimarães, Maria Teresa da Silva (Teca) e Telma do Amaral.

A classe trabalhadora em ritmo de ditadura

O golpe de Estado de 1964, que derrubou o presidente João Goulart do poder, impactou duramente as organizações operárias. As intervenções perpetradas pelo governo do general Castelo Branco (1964-1967) tiveram um alcance bastante grande, podendo ser sentidas em todas as esferas da vida sindical, principalmente naqueles setores liderados pelos/as sindicalistas de corte mais progressista, que desempenhavam papel destacado em termos de organização e mobilização das categorias profissionais no país. Elas atingiram centenas de entidades, seguindo vários modelos: tanto diretamente de cima para baixo como articuladas com setores das próprias categorias antagônicas às práticas da aliança comunista-trabalhista até então vigente nas entidades e que, ao longo dos anos 1950, deu a tônica do movimento operário e sindical no país.

O regime militar, além de trabalhar nesse ataque direto às entidades, castrando-as de forma imediata, buscou também atacar em termos de longo prazo, atuando sobre a legislação (Almeida, 1975). O governo passou, por meio de uma série de medidas, a reforçar o caráter de controle sobre o movimento sindical, já presente previamente na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Assim, estabeleceram-se regras estritas para a ocupação do espaço sindical, com candidatos/as sujeitos/as à avaliação pelo Ministério do Trabalho e pela polícia política, e restringiram-se o uso e o acesso aos recursos dos institutos de previdência, a partir de então centralizados no Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), cuja direção não se fazia mais parcialmente sob o controle dos/as trabalhadores/as, como nos antigos institutos de pensão, e sim com a indicação direta pelo governo.

No que diz respeito às mobilizações, apesar de uma suposta regulamentação e garantia do direito de greve, o que se deu de fato foi a proibição do que seriam greves políticas e de solidariedade, quase que limitando a possibilidade de sua realização à cobrança de salários atrasados. Além disso, o governo que abriu o regime militar implantou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Esse dispositivo, que pôs fim à estabilidade no emprego, incentivou diretamente a alta rotatividade de mão de obra por parte do patronato e, correlatadamente, dificultou uma ação sindical mais aguerrida a partir dos locais de trabalho.

A tentativa de contenção da inflação via uma política de arrocho salarial foi outro flanco de ação da ditadura. Essa política estabeleceu-se aos poucos e conseguiu quebrar a resistência encontrada entre setores da Justiça do Trabalho. Depois de muitos mecanismos intermediários para ultrapassar tais relutâncias, que acabavam por burlar sua política, o governo baixou um

decreto-lei, em meados de 1966, buscando regulamentar de forma rigorosa as determinações anteriores, tais como aquela que estabelecia que, se os tribunais trabalhistas concedessem qualquer acordo salarial superior ao definido na lei, a percentagem excedente seria subtraída do fator de inflação projetada para o acordo salarial seguinte.

O Estado cortou o canal de acesso em termos políticos que os sindicatos vinham tendo anteriormente e reforçou a lógica assistencial deles. A ideia era, por um lado, fortalecer essas entidades e o sistema corporativo para desempenharem seu papel na construção da nação e da coesão social e, por outro, minar o compromisso mobilizador que essas organizações de trabalhadores/as assumiram no período precedente. Por intermédio dos/as dirigentes impostos/as aos sindicatos, visou-se tornar atrativa a filiação a eles. Nesse sentido, a expansão do sistema corporativo atingiu a área rural, onde, fechando as Ligas Camponesas e intervindo nos sindicatos mais atuantes, o governo espalhou sindicatos oficiais sob o controle de líderes aprovados previamente.

No que se refere às questões trabalhistas, a intervenção governamental direta em termos das definições salariais fez com que o Estado se transformasse no centro do conflito. Claro que a batalha dos/as trabalhadores/as se dava, ainda, no confronto com o patronato para soluções de seus problemas. Porém, como ficou responsável por determinar os limites dos aumentos salariais, o Estado atraiu sobre si parte dos conflitos antes direcionados ao patronato. Dessa forma, e mantendo os sindicatos sob controle, o Estado passou a ser visto pelos/as trabalhadores/as não como um centro próximo, com o qual se poderia ter contato imediato e travar negociações, mas como mais um empecilho a ser vencido.

A chegada do ano de 1968 trouxe um conjunto de mobilizações da classe trabalhadora brasileira, resistindo à política de arrocho salarial da ditadura e à pressão política reinante. Entre elas, as greves de Contagem (MG) e Osasco (SP) tiveram destaque (Weffort, 1972; Santana, 2001). Mesmo tendo mantido núcleos dentro das empresas, a articulação da oposição enfrentou dificuldades pelo fato de a atenção ter sido jogada cada vez mais para o interior da organização de esquerda armada à qual pertencia, o que fez ainda com que muitos/as dos/as militantes mudassem de cidade e/ou fossem presos/as devido a ações do grupo. Esse tipo de impacto se viu também no segundo movimento de Contagem, deflagrado em outubro de 1968, tendo como base os grupos de esquerda dentro das empresas. Em uma escala repressiva da ditadura já em marcha, a segunda greve de Contagem sofreu dura repressão e resultou na intervenção no sindicato, encerrando o que seria o 1968 operário.

Ao fim desse mesmo ano, os passos do endurecimento do regime estavam lançados e consolidaram-se com a decretação, em dezembro, do ato institucional n. 5. O “milagre econômico” foi deslanchando, os grupos de esquerda, com raras exceções, engolfaram-se cada vez mais nas ações armadas, com distanciamento paulatinamente maior dos setores operários. Para o movimento sindical, começou mais um momento de espera e ações subterrâneas. A situação agravou-se com a chegada à presidência do general Emílio Médici (1969-1973). Foi necessária quase uma década para que o movimento operário viesse à tona novamente, abrindo uma de suas mais luminosas etapas.

É importante ressaltar que, apesar da repressão feroz, com a prisão e a tortura como práticas correntes, a qual intentava alcançá-los em todas as partes, os/as militantes operários/as fizeram da fábrica seu lócus privilegiado de ação. Esse tipo de alteração atingiu diversos setores envolvidos no trabalho sindical e pôde ser sentido mesmo na prática dos/as militantes cristãos/ãs do ABC paulista. Para Martins (1994, p. 214), isso significou a “volta ao trabalho de fábrica, ao trabalho de bairro, procurando organizar equipes e levar adiante não só o movimento, mas, principalmente, a resistência ao sistema”.

No cenário sindical, a ditadura utilizou de todos os mecanismos para barrar os avanços, ainda que tênues, de qualquer posição mais contestadora. As tentativas de prosseguimento da luta sindical sempre esbarraram nos limites estreitos do regime militar. Até os eventos de cunho oficioso, organizados por lideranças pouco “combativas”, podiam ser palco das ações e violências policiais. Assim, os/as militantes sindicais trabalharam em um território extremamente minado. A categoria metalúrgica do Rio de Janeiro, por exemplo, seguiu *pari passu* esse processo. Foram sentidos os avanços de forças progressistas tentando retomar as atividades em perspectiva democrática, mas tiveram seus intentos sempre barrados por novas intervenções ou proibições de participantes em chapas de eleição sindical.

Observando atas e pautas decorrentes dos vários encontros de categorias profissionais, pode-se verificar que o enfrentamento da questão do arrocho salarial continuou na ordem do dia. Note-se entre esses: os encontros nacionais dos metalúrgicos; o encontro da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), em novembro de 1970; e o da Confederação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito (Contec), ocorrido logo depois. Os avanços sentidos em termos do trabalho no interior dessas confederações, por exemplo, foram também alvo de ação do regime, que, após vetar sucessivos nomes à direção da Contec, interveio na organização em 1972.

Todo esse trabalho silencioso, mas permanente, que articulou diversos grupos em diferentes setores e em inúmeras dimensões de ação, foi mantendo a chama do movimento operário-sindical, apesar dos sucessivos ataques desfechados pelo regime. Em fins da década de 1970, toda uma série de movimentações ganhou visibilidade, rompendo os limites postos pela ditadura aos/às trabalhadores/as. Isso ocorreu com as greves metalúrgicas do ABC paulista, então centro da chamada moderna produção capitalista. Essas mobilizações expressivas significaram a retomada de espaços de luta, não mais apenas no interior das fábricas, mas espraiando-se para a arena pública.

Abrindo caminho: as greves metalúrgicas do ABC paulista

A proposta de levar a cabo uma flexibilização do regime militar no governo de Ernesto Geisel (1974-1978), ainda que de forma gradual, e a sua maior efetividade no governo posterior, de João Figueiredo (1979-1985), impactaram as possibilidades de reação das forças sociais do trabalho. Diferentes segmentos da sociedade, há muito tempo atingidos pela repressão, censura e violência física e simbólica, buscaram reconquistar seus espaços de participação e lutar para que o processo de redemocratização tivesse início e avançasse. Nesse momento de inflexão da ditadura militar, tal efervescência mobilizatória catalisou a crise do regime (Krischke, 1982), que não era apenas econômica – entre outras razões, pelo aumento vertiginoso do preço do petróleo em 1973 –, mas também política, tendo em vista as sucessivas vitórias eleitorais da oposição, inclusive com grande impacto em 1978.

Esse contexto foi marcado por um ascenso do movimento sindical brasileiro, cujas reivindicações e pautas ganharam maior projeção. Esse ator social, submergido devido aos pesados impactos sofridos desde o início do golpe militar de 1964, retornou aos holofotes: “envolvendo centenas de milhares de trabalhadores [...] não se pode negar que o movimento fez emergir à tona da pantanosa cena política brasileira um novo fator: exatamente a presença dos trabalhadores” (Munakata, 1980, p. 61). Nesse sentido, as ações de contestação, por muitos anos predominantemente silenciosas no interior das fábricas, ganharam as ruas e foram reconquistando espaços. Como afirmou Luiz Inácio Lula da Silva, um dos líderes dessa retomada: “O caminho ficou muito tempo fechado, o mato cresceu e está impedindo os trilhos. Agora, estamos apenas cortando o mato, desobstruindo a linha” (NAPPT, 1981, p. 49).

No final da década de 1970, o movimento operário vivenciou, então, um momento marcante de sua história. O sindicalismo de corte progressista emergiu

e buscou ampliar os campos de representação dos interesses da classe trabalhadora. Nesse período, as greves metalúrgicas do ABC paulista podem ser consideradas divisores de água, justamente por demonstrarem capacidade de organização e mobilização, bem como por indicarem maior ofensiva na relação dos/as trabalhadores/as com o regime militar. Foram dezenas de greves por empresa, iniciadas na montadora de caminhões Scania, em maio de 1978. Elas desafiaram a lei antigreve, lutaram contra o arrocho salarial e quebraram o jejum desde as greves de Contagem (MG) e Osasco (SP), de 1968. Assim, abriram caminho para diversas mobilizações de outras categorias por todo o país.

No ABC paulista, a campanha salarial dos/as metalúrgicos/as² terminou, como as anteriores, homologando os índices oficiais estabelecidos pelo regime. Porém, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo teve como estratégia desmascarar todo o processo, recusando-se à negociação tutelada pela Justiça do Trabalho e abrindo mão de sua participação no dissídio. Com isso, rompeu com a Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, que seguiu em seu ritual anual de negociação, e buscou fazê-lo em separado, sem incluir índice de aumento salarial na pauta que apresentou. Como assinala Lula (1978, p. 73), buscou-se

mostrar ao trabalhador que pouco adiantava ele participar das assembleias do sindicato em termos de salários; de pouco adianta virem vinte mil trabalhadores numa assembleia, porque o decreto do reajuste de salário é dado pelo presidente da República, e que a participação nas assembleias teria pouca influência na determinação do índice decretado pelo governo.

A política do sindicato, então, era tornar explícita a falácia de participação fomentada pelo governo e deixar um vazio em termos da parte referente à representação de trabalhadores/as. A performance da cadeira vazia, durante o que seria o processo de negociação, gerou perturbação na lógica de ação dos/as representantes do Ministério do Trabalho e da classe patronal, trazendo preocupação com a quebra de um determinado ritual e com o que poderia advir daí. O sindicato, que ao longo da campanha de reposição, precedente à campanha salarial, já vinha batendo na tecla do “roubo” efetuado pelo governo, preparava o caminho para uma desilusão ainda maior ao final dessa campanha, já que interpelava os/as trabalhadores/as apresentando elementos que desvelavam a “farsa” da negociação salarial.

² Para uma análise mais densa e aprofundada de todo esse processo, ver Antunes (1988) e Abramo (1999).

A química produzida pela articulação entre a insatisfação operária e o trabalho desenvolvido pelo sindicato, bem como por aquele de grupos políticos no interior das fábricas, rapidamente trouxe seus efeitos. Em fins de março, os/as trabalhadores/as da Mercedes-Benz já haviam paralisado o trabalho por não terem recebido o aumento que a empresa costumava conceder no período. O desenvolvimento da paralisação em vários setores da fábrica levou à demissão de 17 operários, fazendo o movimento refluir. A própria postura da empresa posteriormente indicou certa alteração nos padrões de negociação. O endurecimento era sensível. Segundo o relato de um militante sindical referido por Antunes (1988, p. 19), até aquele momento o padrão era o de que “os conflitos eram resolvidos lá dentro das fábricas. Conversavam, chegavam num acordo e tal. Bem, mas aí o Lula foi lá conversar com o cara da Mercedes, um gerente [que] mandou o Lula se danar”.

Em 12 de maio de 1978, os/as trabalhadores/as da Scania entraram em greve, surpreendendo muitos. O movimento estabeleceu-se por quatro dias, findos os quais a diretoria do sindicato, chamada para representar os/as trabalhadores/as, arrancou um “acordo de boca” da direção da empresa, que, depois de pressionada pelos outros setores da indústria automobilística, não o cumpriu, trocando os 20% das reivindicações por parcos 6,5%. Nova mobilização foi tentada, mas, diante das práticas repressivas da empresa, não se efetivou. Nesse início de ciclo, pode-se perceber que as práticas repressivas continuaram servindo como um limitador das ações operárias, um obturador da estrutura de oportunidades. O medo, real, rondava a cabeça dos/as trabalhadores/as e lideranças, tanto em termos de possíveis represálias do patronato quanto da ditadura.

Independentemente de se era apenas um movimento tático da empresa, a qual já sabia que não sustentaria o acordo, interessante notar como a greve abriu uma fissura no setor patronal e em suas práticas. Ainda que tenha aceitado e pudesse cumprir o combinado, a Scania precisou recuar e cerrar fileiras novamente com seus pares. Respeitando e seguindo o acordo, ela sinalizaria para a possibilidade de conceder aumento maior do que o índice do governo, o que, a um só tempo, encorajaria novas mobilizações em outras fábricas e no setor como um todo, bem como abriria um flanco de demolição da política econômica da ditadura. De fato, as mobilizações por fábrica já se alastravam pelo ABC paulista. No dia 15 de maio, para a Ford e, no dia 16, para a Volkswagen. Apesar da posição do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de considerar as greves ilegais, isso foi o início de uma onda mobilizatória que alcançou grandes, médias e pequenas empresas, desenvolvendo tipos variados de greve e com duração diversa, acabando por atingir outros municípios como Osasco e São Paulo.

Sem dúvida, esse movimento significou o passo fundamental para a retomada do movimento operário e sindical brasileiro em termos da cena política mais geral, no que se abriria como a quadra final do regime militar. Todo um conjunto de articulações entre setores civis e militares veio sendo feito sem que a classe trabalhadora dele participasse. Agora, os/as trabalhadores/as se estabeleceram no cenário político nacional como uma força não mais silenciável e nem negligenciável. O fato é que, de uma só vez, os/as trabalhadores/as colocaram em xeque tanto a política salarial quanto a política antigreve do governo, empreendidas por longa data pela ditadura militar. Com a sinalização dada por um setor forte e central como o metalúrgico, estabeleceu-se um novo patamar de mobilização social nos mais diversos níveis, ampliando-se os horizontes de possibilidades.

Nesse sentido, os ecos das greves do ABC paulista de 1978 chegaram a inúmeras categorias nesse mesmo ano, bem como nos posteriores. Elas puderam aproveitar os caminhos de enfrentamento abertos e aprender com as estratégias adotadas. Essas reverberações foram sentidas no Rio de Janeiro, onde diferentes grupos profissionais e entidades de representação entraram em greve nos anos de 1978 e 1979, articulando-se e dando origem a um novo ciclo de luta da classe trabalhadora também nesse estado.

O ciclo de mobilizações no Rio de Janeiro no final da década de 1970

Uma análise dos 21 anos de ditadura militar no Brasil permite observar três períodos distintos, levando em consideração suas características e os acontecimentos que se desenrolaram ao longo desse tempo. O primeiro, de 1964 a 1968, é marcado pela instalação do regime imposto pelos militares com o apoio de civis e pela sua legalização por meio de atos institucionais e da “Constituição” de 1967. Nessa fase, iniciou-se a repressão aos/às opositores/as, com mandatos de parlamentares cassados, suspensão de direitos políticos, afastamento, demissão e aposentadoria compulsória de servidores/as públicos/as e militares, perseguição, prisão e tortura de trabalhadores/as, e intervenção em centenas de sindicatos. Além disso, houve forte arrocho dos salários e revogação de conquistas trabalhistas; tornou-se indireta a eleição presidencial e para governadores/as; e extinguiu-se os partidos, permitindo apenas dois: um de apoio ao governo (a Aliança Renovadora Nacional – Arena) e o outro de oposição consentida (o Movimento Democrático Brasileiro – MDB).

Por sua vez, o segundo período, de fins de 1968 a março de 1974, é caracterizado pelo endurecimento da ditadura, com aumento da repressão contra seus/uas opositores/as. Como reação à ampliação da resistência de estudantes,

trabalhadores/as e outros grupos, foi decretado, em dezembro de 1968, o ato institucional n. 5, que deu ao presidente poderes ilimitados para decretar estado de sítio, fechar o Congresso Nacional e as assembleias legislativas, cassar mandatos, demitir juízes/as e funcionários/as civis e militares, e impedir o direito a *habeas corpus* para acusados/as de crimes contra a segurança nacional. Nessa fase, conhecida como “anos de chumbo”, o regime, fazendo uso dessas atribuições irrestritas, atingiu seu ponto máximo de violência, censura aos meios de comunicação, prisões arbitrárias, tortura, desaparecimento de presos/as e execuções sumárias. Todas essas práticas sombrias de enfrentamento aos/às opositores/as tornaram-se políticas de Estado.

Por fim, o terceiro período, de março de 1974 a 1985, é identificado como de distensão. O governo de Ernesto Geisel (1974-1978) propôs uma abertura “lenta, gradual e segura”, aprovou, em 1974, eleições diretas para senador/a, deputado/a e vereador/a, e, em 1978, revogou o AI-5 e demais atos institucionais, determinando a extinção da censura no Brasil. Ademais, promoveu o abrandamento da Lei de Segurança Nacional, o restabelecimento do direito ao *habeas corpus* e a abolição das penas de morte e prisão perpétua. O governo seguinte, de João Baptista Figueiredo (1979-1985), intensificou ainda mais a distensão do regime. Entre suas medidas estão a adoção do pluripartidarismo, em 1979, e a Lei da Anistia, do mesmo ano, que permitiu o retorno de exilados/as, a recuperação dos direitos de milhares de pessoas perseguidas e a liberdade de centenas de presos/as políticos/as.

No entanto, a ideia deste último período como de flexibilização do regime precisa, em alguns sentidos, ser relativizada. Em primeiro lugar, porque as medidas propostas e adotadas pelos dois últimos presidentes da ditadura muitas vezes apresentaram caráter errático, variando entre passos para frente, rumo a mudanças, e passos para trás. O governo Geisel, por exemplo, temendo o avanço cada vez maior da oposição nas eleições para a Câmara e o Senado, limitou, por meio da Lei Falcão, de 1976, a propaganda eleitoral no rádio e na televisão e a transmissão de debates. Em 1977, com o chamado “pacote de abril”, fechou o Congresso Nacional por semanas, suspendeu a eleição para governador, aumentou o mandato dos presidentes seguintes para seis anos e criou a figura dos “senadores biônicos”, isto é, um terço dos/as parlamentares passou a ser indicado pelo chefe máximo do Poder Executivo.

O governo Figueiredo, por sua vez, apesar do esforço a fim de diminuir pouco a pouco os traços mais autoritários da ditadura, agiu para evitar ao máximo que a oposição ganhasse terreno, que os valores democráticos tomassem a cena em uma transição rápida e que houvesse investigação das violações perpetradas

pelo regime. A Lei da Anistia, por exemplo, rejeitada inicialmente pelo presidente, em vez de ampla, geral e irrestrita, como defenderam muitos setores da sociedade, foi parcial, limitada e recíproca, de modo que beneficiou também militares torturadores e outros agentes do Estado, cujos crimes acabaram relevados e mantidos em segundo plano. Outrossim, se o retorno ao pluripartidarismo pode ser percebido, por um lado, como uma ação de Figueiredo em prol da abertura política, por outro, parece indicar uma preocupação com o avanço das forças rivais. Ao permitir o surgimento de novos partidos, a oposição tenderia a se dividir, beneficiando o governo.

Em segundo lugar, é preciso ponderar a percepção desses dois últimos governos como de flexibilização da ditadura devido à persistência de prisões, torturas e toda a sorte de repressões aos/às adversários/as dela. Nesse período, não se interrompeu o assassinato de presos/as políticos/as, como do jornalista Vladimir Herzog, em outubro de 1975, e do operário metalúrgico Manoel Fiel Filho, em janeiro do ano seguinte. O mesmo vale para perseguições a grupos políticos, como em São Paulo, na chacina da Lapa, de 1976, quando uma operação do Exército brasileiro contra o Comitê Central do PCdoB, partido que atuava na clandestinidade, matou três dirigentes. Mesmo em fins de 1970 e início de 1980, muitos sindicatos sofreram intervenção e lideranças foram presas e torturadas. Militares opostos à abertura política fizeram, ainda, ações terroristas no Rio de Janeiro: incendiaram bancas de jornal, enviaram uma carta-bomba ao escritório da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que matou a secretária Lyda Monteiro em 1980, e planejaram um atentado a bombas no evento de 1º de maio no Riocentro em 1981 (CNV, 2014).

Sendo assim, o intervalo de 1974 a 1985 ainda foi um momento muito duro e extremamente complicado para os/as trabalhadores/as e suas entidades representativas. Nesse sentido, a questão de como, no final dos anos 1970, esse grupo conseguiu ultrapassar os limites impostos pela ditadura militar não pode ser respondida de forma satisfatória apelando unicamente a uma explicação externa ao movimento sindical: o início de um período de flexibilização do regime e de abertura política. Apesar da continuidade da repressão e de algumas ações de Geisel e Figueiredo terem seguido no caminho contrário ao restabelecimento da democracia, havia efetivamente, sobretudo quando comparado aos “anos de chumbo”, um ambiente mais propício ao reaparecimento dos/as trabalhadores/as à cena pública. Esse fator é, portanto, relevante, mas não suficiente.

A teoria do confronto político (McAdam et al., 2009) afirma que grupos opositores em conflito agem como resposta a estímulos externos e dentro dos limites apresentados por estruturas prevaletentes de oportunidade política.

Baseando-se nessa interpretação, é possível admitir que o contexto do final dos anos 1970 teria formado uma conjuntura política mais favorável aos/às trabalhadores/as, que a usaram para reaparecer com força depois de muito tempo de trabalho silencioso nas fábricas. No entanto, uma das críticas que essa teoria recebeu ao longo de seu percurso é a de que atribui um peso excessivo ao sistema político, como o grande criador e dinamizador dos movimentos, os quais dependeriam muito mais das oportunidades e dos constrangimentos impostos por esse sistema do que de seu próprio nível de mobilização (Gohn, 2014). É preciso considerar, então, também aspectos internos ao movimento sindical, suas ações, estratégias e dinamismos, para compreender como ele foi capaz de vir à tona após um tempo submerso.

Defende-se, neste ponto, a importância explicativa de três fatores internos: a realização de grandes greves de setores-chave, como as metalúrgicas, que abriram caminho para as de outras categorias; a cooperação entre sindicatos e movimentos sociais; e a articulação entre sindicatos nas greves do período. O primeiro elemento, mais enfatizado na literatura acadêmica sobre o tema, foi analisado na seção anterior, quando se constatou que as greves do setor metalúrgico do ABC paulista cumpriram papel crucial na retomada de espaços de luta e de participação política para a classe trabalhadora. Ao pararem a produção e influenciarem outras paralisações, tiveram muito peso no enfrentamento à ditadura no final da década de 1970. Todavia, para compreender como foi possível ultrapassar os limites impostos pelo regime militar, é necessário incluir, ainda, um olhar atento às articulações sindicatos-movimentos sociais e sindicatos-sindicatos. O próprio triunfo das greves metalúrgicas pode ter esses dois fatores como uma de suas explicações, considerando as relações que essa categoria estabeleceu com outras e com movimentos sociais para somar na luta. Além do mais, se as grandes mobilizações deram uma contribuição importante à volta dos/as trabalhadores/as às arenas públicas, a pluralidade de pequenas manifestações também o fez.

Essa primeira grande série de greves, de 1978 a 1984, constituiu-se por uma explosão de ações coletivas desse tipo em quase todas as categorias e por todo o país. Sem precedentes na história brasileira dos conflitos entre capital e trabalho, em vista de suas características e intensidade, ela começou com os/as metalúrgicos/as do ABC paulista e incorporou, de forma crescente, segmentos que pouco ou nunca tinham experimentado confronto direto. Esse ciclo foi marcado pela recuperação do papel sindical de defesa dos salários e pelo uso dessas manifestações como um caminho possível para reconquistar a cidadania política. Especificamente a subfase 1978-1979 caracterizou-se por diferentes e

importantes greves concentradas no setor privado, cujo sucesso fez suas estratégias serem disseminadas e suas lideranças alcançarem o cenário político nacional. Se em 1978 a onda grevista foi sobretudo no setor metalúrgico, em 1979 se expandiu, destacando-se também trabalhadores/as da construção civil, médicos/as e professores/as (Noronha, 1991, 2009).

Oliveira (2019), com base nos dados do Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG) do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), também considera o período de 1978 a 1984 como um dos ciclos de greves no Brasil, contabilizando 112 mobilizações em 1978 e 430 em 1979. De acordo com o autor, a retomada do movimento grevista foi motivada pela campanha nacional de reposição das perdas salariais, sobretudo depois que se descobriu a manipulação, para baixo, dos índices oficiais de inflação. Além disso, para ele, esse ciclo foi marcado por um processo de ebulição política, no qual o sindicalismo combativo nascente, junto a movimentos pró-anistia, de periferia contra a carestia e muitos outros, tensionaram os limites do regime naquele momento. Sendo assim, a deflagração de greves correspondeu tanto a uma busca por melhor remuneração e condição de trabalho quanto a um desejo de cidadania plena e participação política.

Tendo como foco o Rio de Janeiro, a pesquisa em jornais da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional buscou identificar as categorias que participaram do ciclo virtuoso de mobilizações iniciado nos anos de 1978 e 1979. Nesse momento de efervescência sindical, foi possível encontrar na grande mídia registros de grupos profissionais desafiando os limites da ditadura, mesmo com todo o histórico de perseguições sofridas pela classe trabalhadora. Isso significou, por parte dos sindicatos, enfrentarem a lei n. 4.330, de 1964, apelidada de “Lei Antigreve”, já que não seguiram todos os procedimentos burocráticos, fortemente restritivos, previstos para uma greve ter a sua realização considerada legal. Significou, ainda, testarem a lei n. 4.725, de 1965, do arrocho salarial, porque, em vez de aceitarem o reajuste oficial estipulado pela legislação, buscaram obter aumentos maiores negociando diretamente com o patronato.

Como a pesquisa compreendeu os anos de 1978 e 1979, em metade desse tempo os meios de comunicação ainda estavam sob censura prévia, uma vez que apenas em janeiro de 1979 entrou em vigor a revogação do AI-5, quando a cobertura jornalística das ações sindicais passou a ficar bem mais intensa. O fato de muitas greves serem reportadas por jornais de grande circulação indica que, assim como os/as trabalhadores/as, parte da imprensa também estava testando, na época, os limites colocados pela ditadura e buscando reportar, com maior autonomia, o que acontecia no país. Na consulta à Hemeroteca Digital,

utilizando-se o termo “greve”, chegou-se a um conjunto de informações sobre as manifestações ocorridas, os grupos mobilizados e as motivações para essas ações coletivas. O material reunido foi extraído de periódicos publicados no Rio de Janeiro, como *Jornal do Brasil*, *O Fluminense* e *Tribuna da Imprensa*, selecionados por apresentarem maior número de registros.

A investigação encontrou matérias sobre greves de 18 diferentes categorias profissionais no estado do Rio de Janeiro nesse período: bancários/as, cozeiros/as e demais empregados/as de cemitério, dubladores/as, enfermeiros/as, ferroviários/as, frentistas, garis, médicos/as residentes, metalúrgicos/as, motoristas de ônibus, oficiais de justiça, operadores/as de cinema, professores/as da rede pública municipal e estadual de educação básica, professores/as da rede particular de educação básica, professores/as do ensino superior privado, servidores/as públicos/as municipais, trabalhadores/as da construção civil e trabalhadores/as das indústrias do fumo (fumageiros/as). Outras categorias ameaçaram greve, mas não chegaram a realizá-la de fato. Elas fizeram assembleia, passeata e/ou paralisação, como médicos/as de hospitais e clínicas particulares, motoristas de táxi, guardas penitenciários/as e vigilantes, o que foi suficiente para terem parte das reivindicações atendida.

Entre esses grupos identificados, um deles fez aquele tipo de greve em que os/as empregados/as comparecem a seus postos de trabalho, mas param as atividades ou não prestam o serviço da mesma maneira. Foi o caso dos/as oficiais de Justiça em outubro de 1979, de forma que apenas um/a deles/as ficou de plantão em cada repartição e em horário reduzido, diminuindo em mais de 80% os serviços forenses. Nas demais categorias, houve greves gerais que pararam o trabalho por dias ou até meses. O direito à greve estava praticamente restrito ao caso de pagamento em atraso. Diferentemente disso e indo contra o estabelecido na legislação, a principal motivação desse conjunto de mobilizações foi o aumento salarial acima dos índices oficiais de reajuste e a melhoria das condições de trabalho, incluindo, ainda, outras razões específicas de cada ocupação. A lei proibia também os/as funcionários/as públicos/as municipais, estaduais e federais ou de empresas estatais e os/as trabalhadores/as de serviços “essenciais” de deflagrarem greve, o que incluiu muitas dessas 18 categorias, mas não as impediu de seguir adiante com as paralisações.

Entre essas mobilizações, os/as médicos/as residentes entraram em greve em junho de 1978 diante da recusa da Comissão Nacional de Residência Médica em aumentar o piso deles/as de três para cinco salários-mínimos. Além disso, reivindicaram reconhecimento de vínculo empregatício, pagamento de hora extra, adicional noturno, FGTS, 13º salário, férias remuneradas e melhores

condições de trabalho, denunciando falta de seringas, luvas, aparelhos de pressão, balões de oxigênio e outros equipamentos. O movimento começou em São Paulo, onde obteve o reajuste de 360%. No Rio de Janeiro, foi representado pelo Sindicato dos Médicos e pela Associação dos Médicos Residentes do Estado. Conseguiu mobilizar milhares de profissionais de diversos hospitais municipais, estaduais e federais, como o Pedro Ernesto, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), o Antônio Pedro, da Universidade Federal Fluminense (UFF), o Fundão, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), além de Pinel, Souza Aguiar, dos Servidores do Estado, do Andaraí, Miguel Couto, Salgado Filho e também hospitais privados. Mesmo com ameaças de demissão pelo Estado, a greve se manteve firme por mais de um mês e resultou em um significativo aumento da remuneração.³

Outra categoria em movimento foi a dos/as motoristas de ônibus, que iniciaram uma greve em janeiro de 1979 no Rio de Janeiro, tendo como representante o Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Trabalhadores em Transportes Urbanos. Milhares deles/as, reunidos/as em assembleia geral no dia 15 e vigiados/as de perto pelo Batalhão de Choque da Polícia Militar, reivindicaram aumento salarial, para se equipararem ao piso dos/as motoristas interestaduais, além de parada para refeição, respeito à jornada de oito horas, fim da superlotação e melhoria nos veículos, em geral, com problemas de segurança. A greve parou a cidade no dia seguinte, pois a paralisação de cerca de 85% da frota impossibilitou que as pessoas chegassem a seus compromissos, levando as repartições públicas, os bancos e o comércio a encerrarem mais cedo o expediente. Houve ônibus danificados e grevistas presos.⁴

Ao se posicionar, o patronato alegou que as empresas de ônibus eram deficitárias e que não poderia aprovar aumento sem que as tarifas fossem reajustadas. Por ser considerado um setor “essencial”, a Delegacia Regional do Trabalho (DRT) exigiu a continuidade dos serviços, considerou a greve ilegal e ameaçou intervir no sindicato e punir os/as grevistas em termos trabalhistas e penais. Considerando essas consequências, o presidente e a Comissão de Salário do sindicato conclamaram a classe a retornar ao trabalho. Grande parte da categoria

3 O Fluminense. Médicos-residentes do Rio se reúnem e decidem greve. Rio de Janeiro, terça-feira, 20 de junho de 1978, p. 6; *Tribuna da Imprensa*. Mais de mil médicos parados até segunda. Rio de Janeiro, sábado e domingo, 8 e 9 de julho de 1978, p. 5; *Tribuna da Imprensa*. Residentes: greve vai continuar. Rio de Janeiro, terça-feira, 11 de julho de 1978, p. 9; O Fluminense. Residentes do Inamps voltam aos hospitais. Rio de Janeiro, sexta-feira, 21 de julho de 1978, p. 2.

4 O Fluminense. Paralisação apanhou a população de surpresa. Rio de Janeiro, quarta-feira, 17 de janeiro de 1979, p. 6; *Tribuna da Imprensa*. 40 mil motoristas param e cidade perde seu ritmo. Rio de Janeiro, quarta-feira, 17 de janeiro de 1979, p. 5.

estava disposta a dar continuidade à greve até ter alguma conquista concreta, o que levou a DRT-RJ a fechar o sindicato. Com essa intervenção e a presença em peso das forças policiais e do Exército nas ruas nos dias seguintes, a greve perdeu força, mas as negociações prosseguiram. Ao final, conseguiram a principal reivindicação, com o aumento de 24,5% no salário em fevereiro e a equiparação com os/as motoristas interestaduais a partir de julho.⁵

Somando-se a esse ciclo de mobilização, os/as professores/as da rede pública municipal e estadual de educação básica do Rio de Janeiro fizeram duas greves em 1979, uma em março e a outra em agosto, totalizando quarenta dias parados. Representados/as pela Sociedade Estadual dos Professores (SEP), reivindicaram melhores condições de ensino, salários mais altos e pagamento de gratificações. A paralisação mobilizou milhares de professores/as e impactou o conjunto de escolas das duas redes, que permaneceram fechadas. Como resposta, o Ministério do Trabalho considerou a greve ilegal, sobretudo por ser proibida nos serviços públicos, e advertiu os/as dirigentes sindicais de que poderiam perder o mandato, e o prefeito e o governador ameaçaram o corte de ponto e até a demissão por falta grave. Os/as professores/as passaram, então, a comparecer às escolas e ficar em reunião com os/as colegas, mas sem ministrar aulas. As secretarias de Educação prometeram atender às solicitações do magistério e dar prosseguimento às negociações, assim que se suspendesse a greve e que as aulas fossem retomadas, garantindo aumento expressivo no piso salarial.⁶

Em assembleia geral, aprovou-se a suspensão da greve, mas a manutenção do estado de alerta a fim de fiscalizar a efetivação das medidas acordadas. Como o aumento prometido não foi recebido, a mobilização dos/as professores/as tomou diversas praças nos meses de maio, junho e julho, para informar à população que o acordo não foi cumprido. Em agosto, sem outra saída, nova greve foi iniciada, com mais de 90% de adesão. Em reação, as secretarias de Educação deslocaram docentes em funções administrativas para substituírem os/as grevistas nas aulas, a Delegacia de Polícia Política abriu inquérito enquadrando professores/as na Lei de Segurança Nacional, por incitação à greve, com penas de dois a 12 anos de reclusão, e houve o pedido de cassação do registro da SEP. Após três semanas, a mobilização foi encerrada, com o abono de faltas, o pagamento de gratificação por títulos e a promessa

5 O Fluminense. Grande Rio parou. Ministro dá ultimato aos grevistas. Rio de Janeiro, quarta-feira, 17 de janeiro de 1979, p. 7; O Fluminense. Motoristas aprovam a proposta de aumento. Rio de Janeiro, quarta-feira, 7 de fevereiro de 1979, p. 7.

6 Tribuna da Imprensa. Professores mantêm a greve e pedem o apoio da população. Rio de Janeiro, terça-feira, 13 de março de 1979, p. 9; Tribuna da Imprensa. Greve é ilegal, diz o governo. Ilegal é a Lei Antigreve, afirmam os professores. Rio de Janeiro, quarta-feira, 14 de março de 1979, p. 5.

de que o piso reajustado, depois de aprovado pela Assembleia Legislativa, seria implementado em dezembro, o que, de fato, aconteceu.⁷

Além de grupos do setor terciário, no qual está a maior parte das greves desse ciclo no Rio de Janeiro, houve também mobilização dos/as metalúrgicos/as. Em 1979, preparando-se com muita antecedência para as negociações, com data-base em 1º de outubro, a categoria planejou diferentes ações, desde o início do ano, para que o êxito das reivindicações fosse efetivamente garantido. Entre elas, três podem ser consideradas principais. A primeira foi a divisão do Rio de Janeiro em áreas geográficas, de forma que a campanha salarial não ficasse restrita ao sindicato, mas que se estendesse a um perímetro maior, incluindo os locais de moradia e de trabalho, e, com isso, ganhasse potencial de mobilização. A segunda foi a criação da Comissão Executiva de Salário (CES), responsável por debater de forma mais ampla e elaborar a pauta de exigências a alicerçar a negociação com o patronato. A oposição propôs e implementou essas duas iniciativas. A terceira foi concebida pela direção sindical e consistiu em uma campanha nas portas das fábricas com o objetivo de impulsionar a sindicalização (Cecut, 1981; Torreão, 1986; Martinho, 2017).

O plano era a greve acontecer em 3 ou 4 de outubro, mas havia também a ideia de antecipá-la para coincidir com a dos/as bancários/as. Na noite de 11 de setembro de 1979, seguindo esse segundo caminho, a greve metalúrgica do Rio de Janeiro foi iniciada, após a assembleia com milhares de presentes ter recusado a proposta patronal de 71% de acréscimo no pagamento. O movimento estava sob a condução política da direção sindical e contava com a participação ativa da oposição na CES. Na lista de reivindicações, da qual fazia parte redução da jornada de trabalho para quarenta horas semanais, a principal era o aumento de 83% no salário. Ainda que se constituísse como uma organização paralela à estrutura sindical, a CES teve papel muito relevante, frequentemente dirigindo o movimento. A estratégia adotada de divisão de áreas geográficas mostrou-se bastante eficiente, já que a existência prévia de coordenadores/as e grupos, já entrosados/as, responsáveis por cada região, possibilitou pronta organização dos piquetes. Na manhã seguinte, o movimento conseguiu parar grandes indústrias e estaleiros navais e mais de 90% dos/as trabalhadores/as.⁸

7 *Jornal do Brasil*. Professores vão decidir hoje se greve continua. Rio de Janeiro, domingo, 12 de agosto de 1979, p. 18; *Tribuna da Imprensa*. Chagas cede e greve termina. Rio de Janeiro, quinta-feira, 23 de agosto de 1979, p. 9.

8 *Tribuna da Imprensa*. Movimento já conta com 90% de adesão. Rio de Janeiro, quinta-feira, 13 de setembro de 1979, p. 9.

Nos dias posteriores, as paralisações continuaram com grande força, além de ruas terem sido bloqueadas para que os ônibus com trabalhadores/as não conseguissem chegar às fábricas. O patronato chamou a Polícia Militar para impedir os piquetes e solicitou ao Ministério do Trabalho a intervenção no sindicato. O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) considerou a greve ilegal e propôs o reajuste, seguindo o índice oficial, de 46%. Buscando encerrar as mobilizações, o empresariado ofereceu 73% de forma escalonada, por faixa salarial. A direção sindical posicionou-se favorável, mas a CES não aceitou esse acordo e, respaldada em assembleia, optou pela continuidade. No dia 15 de setembro, realizou-se nova assembleia para votar mais uma proposta do patronato, de 75% de reajuste. A diretoria, temendo o risco de uma intervenção federal, e alguns grupos da oposição, entendendo a oferta patronal como uma vitória, defenderam o fim da greve. Contudo, seu prosseguimento foi a posição vencedora na assembleia, com apoio das correntes mais radicalizadas.⁹

Com essa recusa, intensificou-se, no dia seguinte, a repressão policial aos piquetes, com dezenas de lideranças e demais trabalhadores/as presos/as. A direção sindical, contrária à continuidade, não assumiu mais o movimento, o que enfraqueceu a CES. Grande parte dos/as metalúrgicos/as, com a mesma posição, retornou ao trabalho. Esses fatores dificultaram os piquetes, pesaram contra a greve e tornaram seu prolongamento inviável. A greve foi encerrada em assembleia à noite, sendo aceito um reajuste de 75%.¹⁰ Apesar das demissões que se seguiram e do desconto dos dias parados, a greve, em geral, foi percebida com um saldo muito positivo, pois o acréscimo conquistado no salário não ficou tão distante dos 83% pretendidos e houve uma demonstração inequívoca de força da categoria, tendo sido capaz de parar um setor produtivo por vários dias (Santana; Fraga, 2020).

Sobretudo em 1979, devido às centenas de greves irrompidas por todo o Brasil e à diminuição da censura à imprensa, esses três jornais pesquisados frequentemente apresentaram capas e páginas inteiras com as diversas mobilizações que, em muitos casos, estavam acontecendo simultaneamente. Essas notícias chegavam, então, diariamente à população, que também as podia perceber nas ruas, indicando a existência de um ciclo de greves que se alastrava pelas mais diferentes categorias. Essa temática estava tão em alta e presente no cotidiano do país que a empresa Gradiente a aproveitou como mote para uma propaganda

⁹ *Jornal do Brasil*. Tribunal considera ilegal greve de metalúrgicos do Rio e dá aumento de 46%. Rio de Janeiro, sábado, 15 de setembro de 1979, p. 9.

¹⁰ *O Fluminense*. Metalúrgicos aceitam 75% e param a greve. Rio de Janeiro, terça-feira, 18 de setembro de 1979, p. 2.

de seus produtos, intitulada “Os preços da Gradiente entraram em greve”, veiculada no *Jornal do Brasil* em algumas edições do mês de junho de 1979:

Os preços da Gradiente, reivindicando que não querem ser aumentados, acabam de decretar greve. Ainda não se sabe por quantos dias conseguirão sustentar esta posição. Participe você também desta greve. Ela não é para você ganhar mais, é para você gastar menos. Dirija-se a um revendedor especializado e exerça os seus direitos. Pague mais barato. Nestes revendedores, os preços Gradiente não furam a greve.¹¹

Além de fornecerem informações a respeito da pluralidade de categorias mobilizadas, bem como sobre as motivações e os principais eventos que marcaram as greves, os jornais consultados possibilitaram, ainda, observar alguns dos suportes existentes nas articulações sindicato-sindicato e sindicato-movimentos sociais. Examinando as relações entre esses atores sociais, é possível reconhecer a existência de, pelo menos, quatro tipos de apoio. Incluindo as diversas formas de cooperação entre eles, estão o apoio moral, por meio, por exemplo, de notas públicas e da exaltação da greve como instrumento legítimo de resolução de conflitos; o apoio intelectual, com a troca de concepções políticas e estratégias de luta; o apoio mobilizatório, com a participação em piquetes e manifestações; e o apoio material, como recursos financeiros, alimentação e empréstimo de carro de som.

Uma prática comum de apoio material observada nas ações coletivas estudadas foi a cessão do espaço físico de uma entidade representativa para outra. A greve de professores/as das escolas públicas do Rio de Janeiro, em março de 1979, e a greve de professores/as das escolas particulares, em abril do mesmo ano, por exemplo, tiveram algumas de suas assembleias, respectivamente, no auditório do Sindicato dos Aeroviários e do Sindicato dos Metalúrgicos.¹² No caso de apoio mobilizatório, a greve de médicos/as residentes em junho de 1978 contou com a decisão do Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina da Uerj de os/as estudantes do 5º ano aderirem à greve. Eles/as não assistiram às aulas ou trabalharam nas enfermarias do Hospital Universitário Pedro Ernesto até que o caso dos/as residentes fosse resolvido.¹³ Apoio mobilizatório foi perceptível

¹¹ *Jornal do Brasil*. Os preços da Gradiente entraram em greve. Rio de Janeiro, quinta-feira, 7 de junho de 1979, p. 21.

¹² *Jornal do Brasil*. Professores municipais apoiam greve estadual. Rio de Janeiro, quinta-feira, 8 de março de 1979, p. 18; *Jornal do Brasil*. Magistério privado decide hoje se paralisa as aulas. Rio de Janeiro, segunda-feira, 16 de abril de 1979, p. 7.

¹³ *Jornal do Brasil*. Greve para residentes e internos do Pedro Ernesto. Rio de Janeiro, sexta-feira, 23 de junho de 1978, p. 9.

também quando, na greve de motoristas de ônibus de janeiro de 1979 no Rio de Janeiro, um bancário, da chapa de oposição de sua categoria, um estudante universitário e um jornalista foram presos pelo Departamento de Polícia Política por participarem das manifestações em solidariedade.¹⁴

Nas assembleias da greve de março de 1979 dos/as professores/as da educação básica do Rio de Janeiro e no ato público que reuniu sete mil pessoas em frente à Assembleia Legislativa, como parte da greve da categoria de agosto de 1979, houve grande demonstração de apoio moral. Várias entidades enviaram representantes ou mensagens, entre outros, o Comitê Brasileiro pela Anistia, a União Nacional dos Estudantes, entidades universitárias discentes e docentes, o bispo de Volta Redonda d. Waldir Calheiros, líderes de igrejas cristãs (católica, luterana, metodista e outras), assim como os sindicatos dos fumageiros, dos gassistas, dos trabalhadores na indústria elétrica, dos operários navais, dos trabalhadores em indústrias de bebidas, dos bancários e dos artistas. Em resposta ao pedido de cassação da SEP, as associações de docentes de várias universidades do estado mostraram apoio irrestrito ao movimento e repudiaram a decisão do governo de punir os/as grevistas e a sua entidade representativa, indicando as contradições dessas atitudes diante da alegada abertura política.¹⁵

Na assembleia em que foi encerrada a greve de março de 1979 dos/as professores/as das escolas municipais e estaduais do Rio de Janeiro, os/as participantes aprovaram, por unanimidade, tanto apoio moral aos/às operários/as metalúrgicos/as do ABC paulista, por meio de nota, quanto material, arrecadando dinheiro para seu fundo de greve.¹⁶ Já no movimento docente de agosto de 1979, foi a Associação dos Médicos Residentes do Rio de Janeiro que ofereceu bônus de greve em todos os hospitais a fim de arrecadar fundos para a mobilização dos/as professores/as.¹⁷ Em relação ao apoio intelectual, a greve geral dos/as bancários/as do estado, em setembro de 1979, valeu-se da estratégia utilizada pelos/as professores/as no mês anterior. Organizaram comandos regionais para, descentralizando parte das decisões, facilitar os piquetes e se aproximar

14 O Fluminense. DRT fecha sindicato e frustra assembleia. Rio de Janeiro, quinta-feira, 18 de janeiro de 1979, p. 7.

15 *Jornal do Brasil*. Professores julgam greve vitoriosa e voltam às aulas. Rio de Janeiro, segunda-feira, 26 de março de 1979, p. 4; *Jornal do Brasil*. Professores vão decidir hoje se greve continua. Rio de Janeiro, domingo, 12 de agosto de 1979, p. 18; *Tribuna da Imprensa*. Ato público reuniu sete mil. Rio de Janeiro, sexta-feira, 17 de agosto de 1979, p. 9.

16 *Jornal do Brasil*. Professores julgam greve vitoriosa e voltam às aulas. Rio de Janeiro, segunda-feira, 26 de março de 1979, p. 4.

17 *Tribuna da Imprensa*. Ato público reuniu sete mil. Rio de Janeiro, sexta-feira, 17 de agosto de 1979, p. 9.

dos locais de moradia e trabalho de sua base. Essa tática foi utilizada também pelos/as metalúrgicos/as paulistas e do Rio de Janeiro.¹⁸

No entanto, os jornais apresentaram alguns limites para a compreensão das articulações entre os sindicatos e os movimentos sociais. Primeiramente, porque esses apoios mútuos são mais perceptíveis nos “bastidores” das greves, quando estão sendo planejadas, enquanto os jornais cobriram, em geral, o “palco principal”, isto é, as greves em suas cenas mais públicas, nos atos de sua realização. Em segundo lugar, devido às rigorosas restrições impostas pela lei n. 4.330, de 1964, estavam proibidas greves de qualquer categoria em solidariedade a uma outra e as consideradas de “natureza política ou social”. As cooperações não eram, então, necessariamente constituídas institucionalmente e poderiam não deixar tanto registro formal de sua existência. Muitas dessas relações aconteceram mais espontaneamente e foram sendo forjadas durante a construção do ciclo de mobilizações.

Sendo assim, a segunda metodologia utilizada na pesquisa, a história oral, permitiu acessar os bastidores e a preparação de uma dessas greves do final da década de 1970, de acordo com a memória de quem fez parte dela. Foram entrevistados/as 15 participantes da greve metalúrgica de setembro de 1979 no Rio de Janeiro. Tendo em vista os objetivos específicos deste artigo, ainda que o roteiro incluísse também aspectos da trajetória de vida, como família, entrada no setor metalúrgico, militância e essa greve em seus múltiplos aspectos, a análise ficou restrita aos elementos de articulação sindicato-sindicato e sindicato-movimentos sociais que apareceram nos depoimentos reunidos.

Os/as entrevistados/as ressaltaram o intercâmbio contínuo entre diferentes categorias. Havia efetivamente uma construção coletiva plural e de base, na qual as lutas se constituíam em cooperação e ao longo de todo o processo, sobretudo no diálogo entre os grupos de oposição das diferentes entidades. A participação de uma categoria na greve da outra era, então, apenas o ápice de uma relação crescentemente estabelecida, fomentada de forma permanente nas reuniões e atividades mais cotidianas de cada um dos sindicatos envolvidos. Essas articulações foram acentuadas por todos/as os/as entrevistados/as, sejam os/as que ocupavam posição na estrutura sindical durante a greve metalúrgica do Rio de Janeiro de 1979, como Severino, sejam os/as trabalhadores/as da base, como Telma:

18 *Tribuna da Imprensa*. Apesar da repressão, o movimento continua. Rio de Janeiro, sexta-feira, 14 de setembro de 1979, p. 9.

Nós tínhamos o contato com categorias, principalmente com o pessoal da área de ferrovias. Com o pessoal da saúde a gente conversava. Pessoal dos professores às vezes a gente fazia reuniões conjuntas lá no sindicato, através do SEP. [...] A gente estava lá para apoiar, incentivar. Quando a gente estava em greve também, tinha qualquer movimento, estavam lá os professores, estavam lá alguns setores, os médicos também. Bancários, principalmente bancários. Bancários sempre estavam muito juntos com a gente. Tinha muito espaço da gente para reunir. Algumas reuniões que a gente não podia fazer no sindicato, a gente fazia. A gente tinha esse relacionamento muito bom na época. De vez em quando, estavam lá os bancários. Não dá para reunir aqui, não. Então, x grupos vão para lá. Toda a direção com mais alguns militantes. Fazia muito esse tipo de reunião. Está precisando de carro? Está precisando de gente para fazer panfletagem? Está precisando de gente para fazer piquete? Tá. Então, vão bora. Sempre a gente tinha esse trabalho conjunto. (Severino, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos na época)

Era um apoio mútuo, porque era um momento de defender isso. A gente sabia que tinha assembleia no sindicato dos ferroviários, então nós saíamos lá da empresa, passávamos no sindicato e íamos para a assembleia deles, nos apresentávamos como metalúrgicos, contávamos as nossas reivindicações, falávamos o dia que teríamos assembleia e a mesma coisa se fazia com bancário, professor, psicólogo, e assim com todas as categorias. Havia uma ligação muito forte com as categorias. Elas sabiam a pauta de reivindicação das outras, qual era a minuta que você apresentava para o patrão, e vice-versa. [...] E a gente sempre fazia questão de convidar todas as categorias em qualquer coisa que fosse feita, assembleia, reunião grande, média, festividade do sindicato, então você procurava saber o que estava acontecendo lá nos outros. (Telma, metalúrgica na época)

Nos depoimentos, apareceu, ainda, fartamente, o estabelecimento de relações muito próximas dos sindicatos com movimentos sociais, tais como estudantes, de mulheres, pela anistia, comunitários ou de associações de bairro e contra a carestia. Eles articulavam-se na luta comum contra a ditadura e, para isso, muitas vezes, nas mobilizações específicas de cada um. Foi o que ocorreu na greve metalúrgica de 1979 no Rio de Janeiro, a qual parou a produção, impactou de muitas formas a cidade e obteve sucesso em sua realização devido também ao apoio desses diversos atores sociais, para além da cooperação de outras categorias profissionais, conforme apontaram as seguintes entrevistadas:

As associações de moradores abraçavam a luta dos trabalhadores. As associações ajudaram muito o movimento sindical, através de fazer trabalho nas suas comunidades com os diversos profissionais de categorias diferentes. [...] Elas foram importantes no esclarecimento do próprio bairro, procurando quem era da categoria tal, A, B ou C, para poder orientar quem estava entrando em greve, assim como ajudar em mantimentos, em organizar algumas coisas para quem fosse do piquete, né, isso aí foi uma participação boa também. Quem tinha carro, levava alguém de carro para tal lugar, entende? Podia até não ficar visível no piquete, por não ser metalúrgico, mas estava ali por perto para dar um certo apoio. (Edinalva, metalúrgica na época)

Não era metalúrgica, não era professora, não era rodoviária. Mas a gente fazia muito apoio. Distribuir panfleto, organizar, conversar com as pessoas. Era mais os bastidores da greve. [...] Uma que eu participei mesmo foi a dos professores em 79. Eu já era estudante, movimento estudantil secundarista. Precisava de alguém para ler o manifesto dos alunos, e eu me ofereci para ler esse manifesto. Na dos metalúrgicos, eu fui mais porque era greve, precisava de gente para ajudar nos piquetes, distribuir material. Eu acho que cheguei a falar uma vez, dando apoio dos estudantes, mas o principal ali eram os metalúrgicos falarem. (Jaqueline, do movimento estudantil na época)

Os/as participantes da greve dos/as metalúrgicos/as indicaram a existência dos quatro tipos de apoio identificados pela pesquisa nas notícias dos jornais. O apoio moral entre os sindicatos e com os movimentos sociais, por meio, por exemplo, de cartas e notas públicas, esteve sempre presente na época, quando da realização de alguma greve, incluindo a metalúrgica. Nessas ocasiões, as categorias demonstravam apoio mútuo e sinalizavam que a luta de uma era a da outra, tendo em vista uma unidade da classe trabalhadora e o horizonte político do fim da ditadura e início da redemocratização. As memórias dos/as entrevistados/as a respeito do passado permitiram aprofundar o entendimento sobre essa tipificação e concluir que tais relações eram muito mais profundas do que simplesmente um apoio moral, expressando-se sobretudo como intelectual, mobilizatório e material.

O apoio intelectual pode ser verificado todas as vezes que essas articulações significaram a troca de concepções políticas e de visões de mundo e/ou de estratégias de luta, havendo influência de uma categoria sobre a outra. Diferentes grupos e correntes políticas permeavam os debates no interior do movimento sindical e estavam em disputa, com integrantes em diversos setores ocupacionais, buscando definir, cada qual à sua maneira, o horizonte da luta. Nos jornais, verificou-se que

a tática da criação de comandos regionais para catalisar a organização e realização dos piquetes foi sendo adotada, em sequência, nas greves de categorias diferentes em 1979, como consequência da participação de umas nas das outras. Nas entrevistas, de forma unânime, as greves metalúrgicas do ABC paulista e a sua perspectiva sindical de corte progressista tiveram grande influência sobre o conjunto da classe trabalhadora, reverberando em muitas outras manifestações:

Fomos até para São Paulo e participamos de algumas assembleias lá em São Bernardo. O Sindicato dos Metalúrgicos fez caravana para São Bernardo do Campo. [...] Para saber como as pessoas estavam se movimentando, quais eram as principais lideranças que falariam nas assembleias, o que elas podiam trazer de bom para gente. O que a gente podia aprender. Na verdade, era um aprendizado. Era uma espécie de formação e de informação do que estava acontecendo em São Bernardo. [...] A gente ia lá para assistir. Ia lá beber na fonte. (Telma, metalúrgica na época)

Eu acho que a greve de 79 juntou muitos sentidos de opressão. Mas tinha uma influência grande no ABC. O fato de os trabalhadores do ABC terem, porque a greve deles foi anterior à nossa, parado e disso ter ganhado repercussão. Eu acho que gerou muito... se eles estão fazendo, a gente também tem que fazer. A gente está no mesmo barco, entendeu? Acho que grande parte da adesão foi essa influência. (Teca, metalúrgica na época)

Além do intercâmbio de concepções políticas e de estratégias de luta, havia um apoio mobilizatório, isto é, a efetiva participação de trabalhadores/as de uma categoria na organização e/ou execução da greve de outra categoria. Nos jornais, essa cooperação ficou nítida na adesão de estudantes universitários/as à greve dos/as médicos/as de 1978 e na prisão de um bancário participando em solidariedade à greve dos/as rodoviários/as de 1979. Esse tipo de apoio, no qual os movimentos sociais também tiveram parte, foi demonstrado nas entrevistas de diferentes formas, como, por exemplo, na integração das manifestações, na composição dos piquetes e na preparação da alimentação para os/as grevistas:

Então, tinham aquelas reuniões ampliadas que participavam os bancários também. [...] E aí a gente trocava muito. Por exemplo, a data da greve. Não dava para flexibilizar, a gente internamente já tinha combinado: vamos fazer juntos na mesma data, bancários e metalúrgicos. Então, a gente não podia mudar. (Inês, metalúrgica na época)

Chegou num determinado espaço, ia pegando as fábricas que dava a pé, que dava para andar. Depois, eu lembro que eu pedi carona a um motorista: “motorista, nós somos metalúrgicos, estamos fazendo piquete, precisamos nos deslocar, pode nos levar sem pagar?”. Aí que entra a solidariedade dos trabalhadores. Naquela época, ele deixou a gente entrar pela porta da frente, nós entramos e fomos até o entroncamento. (Carminha, metalúrgica na época)

Os rodoviários ajudaram muito mesmo na ocasião. [...] Eles ajudavam porque você troca informações. Você troca muitas informações. E estudantes, né? Que iam para porta de fábrica. [...] Onde tivesse associação de moradores organizada que eles pudessem participar. Nos piquetes. E não consegui levar as mulheres com as crianças, de madrugada você não leva, né? De jeito nenhum. Mas, então, como é que elas atuaram? Atuaram fazendo sanduíche. (Georgina, do movimento operário popular na época)

Por fim, a consideração mútua entre categorias não se dava apenas participando ativamente de suas mobilizações e concretizando-as. Constituíam-se, ainda, na forma de apoio material, que engloba os recursos financeiros, *in natura* e em objetos necessários para viabilizar e manter, por tempo indeterminado, o funcionamento de uma greve. Nos jornais, tornaram-se perceptíveis a prática de cessão de salas entre sindicatos para reuniões e a arrecadação de fundos por uma categoria para a manutenção da ação coletiva de outra, como ocorreu entre professores/as, metalúrgicos/as e médicos/as. Nas entrevistas já citadas, evidenciou-se que o Sindicato dos Metalúrgicos emprestou espaço em sua sede e carro para outras entidades e que associações de moradores contribuíram com mantimentos. Somada a elas, a fala de Telma explicita a repartição da responsabilidade pela alimentação durante a greve metalúrgica de 1979 no Rio de Janeiro:

A gente pegava a famosa quentinha. O sindicato tinha uma cozinha, então as mulheres que eram da cozinha faziam a nossa alimentação, faziam comida e mandavam para gente. Fora isso, o sindicato dos bancários ficou responsável por mandar x quentinhas ou o sindicato dos professores ficou responsável por mandar x quentinhas, e aí essa comida chegava até nós. Não tinha tíquete, dinheiro, era mais fácil o sindicato contribuir com o alimento, mas aí as categorias tinham que dizer com quantas quentinhas elas conseguiam contribuir. A gente estava tratando de cinco mil pessoas, por aí, então alimentar cinco mil bocas não era fácil, tinham os sindicatos que nos ajudavam. Feijão, arroz e, se desse, um bife, uma linguiça, um ovo, e de noite era sopa. Quem ficava tomava sopa e pão. Essa foi a forma de alimentação. Fora isso, quem tinha algum dinheiro no intervalo comprava um sanduíche, dividia um pão com mortadela. (Telma, metalúrgica na época)

Conclusão

Entre os muitos grupos afetados diretamente pela ditadura militar brasileira, os/as trabalhadores/as e seus órgãos representativos destacam-se por terem sido sistematicamente perseguidos/as e submetidos/as a tentativas de controle durante toda a duração do regime. Isso foi vivenciado de muitas maneiras, entre as quais por meio de repressão a greves, intervenção nos sindicatos, política econômica de arrocho salarial e práticas de ameaça, tortura e execução de lideranças. Mesmo nesse cenário muito difícil, trabalhadores/as e suas entidades de classe reagiram e, dentro das condições que tiveram em cada período, estabeleceram estratégias de enfrentamento. Em alguns momentos desse percurso, como no final de 1968 e após sobretudo a vigência do ato institucional n. 5, as mobilizações foram organizadas de forma mais silenciosa nas fábricas e nos bairros, enquanto em outros períodos, 1978 e 1979, por exemplo, houve condições para o retorno de grandes greves e de ações com visibilidade pública.

Como o início desse ciclo de contestação sindical a céu aberto, no final da década de 1970, coincidiu com o contexto de reabertura política, no qual Ernesto Geisel e João Figueiredo propuseram uma distensão do regime, pode-se achar que essa retomada se deve apenas a uma conjuntura no país menos desfavorável para manifestações. Seguindo caminho contrário, relativizou-se neste artigo a ideia de uma flexibilização do regime, uma vez que, mesmo com esses dois presidentes, mantiveram-se, para os/as trabalhadores/as, traços autoritários da ditadura, bem como prisões, torturas e repressão, sendo ainda um momento muito duro para eles/as. Defendeu-se, então, que a existência de uma janela de oportunidade política é uma variável importante, mas não suficiente. Nesse sentido, foram propostos três fatores internos ao movimento sindical como elementos explicativos para compreender, de fato, como a classe trabalhadora brasileira conseguiu, no final dos anos 1970, ultrapassar os limites impostos pela ditadura militar.

O primeiro fator é a realização de grandes mobilizações de uma categoria-chave como a metalúrgica. As greves do ABC paulista de 1978 foram pioneiras, abriram caminhos de organização e de mobilização, servindo de importante influência para diversas categorias por todo o país. Por sua vez, o segundo fator é a colaboração entre sindicatos e movimentos sociais. Lançando mão da análise de periódicos da época e da metodologia da história oral, constatou-se, para o Rio de Janeiro, as articulações entre essas duas forças sociais do trabalho. Sendo assim, o peso que as greves de distintos setores – sobretudo de serviços, mas também metalúrgico – tiveram no período pode ser creditado à participação conjunta de movimentos como estudantil, de mulheres, pró-anistia e de periferia

contra a carestia, os quais, para além de suas pautas autônomas, aglutinaram-se na luta contra o regime militar.

Por fim, o terceiro fator é a articulação entre uma pluralidade de sindicatos e greves naquele momento. A análise de jornais e depoimentos colhidos permitiu perceber, no Rio de Janeiro, uma efervescência sindical nos anos de 1978 e 1979, com 18 categorias em greve, tais como bancários/as, motoristas de ônibus, professores/as e metalúrgicos/as. Entre elas, e com a presença, ainda, de movimentos sociais, identificaram-se pelo menos quatro tipos de apoio: moral (com demonstrações públicas, por meio de cartas e notas, de aderência e proximidade entre as entidades), intelectual (com trocas de estratégias de luta e concepções políticas), mobilizatório (com participação efetiva nas ações coletivas umas das outras) e material (com doação de recursos financeiros, alimentação e empréstimo de espaços e objetos). Portanto, somados ao contexto de maior oportunidade política, vivenciado no final da década de 1970, esses três fatores endógenos ao movimento sindical ajudam a explicar a retomada de manifestações expressivas que, ganhando a forma de um ciclo virtuoso de greves, minou pouco a pouco as amarras da ditadura até que elas se desfizessem por completo.

Fontes

Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital.

Periódicos: *Jornal do Brasil*, *O Fluminense*, *Tribuna da Imprensa*.

Referências

- ABRAMO, Laís. *O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas: EdUnicamp, 1999.
- ALMEIDA, Maria Hermínia T. de. O sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas. *Debate e Crítica*, São Paulo, n. 6, 1975.
- ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho*. Campinas: EdUnicamp; Ensaio, 1988.
- CECUT. *A greve de setembro dos metalúrgicos do Rio de Janeiro: 1979. Depoimentos*. Rio de Janeiro: Centro Cultural dos Trabalhadores (Cecut), 1981.
- COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV). *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*, v. 1 e 2. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 16 jan. 2023.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- KRISCHKE, Paulo J. *Brasil: do "milagre" à "abertura"*. São Paulo: Cortez, 1982.

- LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 111-153.
- LULA. Entrevista. *Cadernos do presente*, São Paulo, n. 2, julho de 1978.
- MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. Sindicato, ditadura e transição: continuidades e descon continuidades no corporativismo brasileiro (1974-1984). *Análise Social*, v. 52, n. 224, p. 634-661, 2017.
- MARTINS, Heloisa de Souza. *Igreja e movimento operário no ABC*. São Paulo; S. C. do Sul: Hucitec; Prefeitura de S. C. do Sul, 1994.
- McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p. 11-48, 2009.
- MUNAKATA, Kazumi. O lugar do movimento operário. In: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH/SP, 4., 1980, Araraquara. *Anais... Araraquara: Anpuh/Unesp*, 1980.
- NÚCLEO AMPLIADO DE PROFESSORES DO PT-SP (NAPPT) (org.). *Lula: entrevistas e discursos*. Guarulhos: O Repórter, 1981.
- NORONHA, Eduardo. A explosão das greves na década de 80. In: BOITO JR., Armando et al. (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 93-135.
- NORONHA, Eduardo. *Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007*. Lua Nova, São Paulo, n. 76, p. 119-168, 2009.
- OLIVEIRA, Carlindo Rodrigues de. Greves no Brasil, de 1978 a 2018: grandes ciclos, configurações diversas. *Revista Ciências do Trabalho*, n. 15, p. 1-32, 2019.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo; Rio de Janeiro: Boitempo; Unirio, 2001.
- SANTANA, Marco Aurélio; FRAGA, Alexandre Barbosa. As piqueteiras: mulheres e participação política na greve metalúrgica de 1979 no Rio de Janeiro. *História Oral*, v. 23, n. 2, p. 179-199, 2020.
- TORREÃO, Rita Célia Magalhães. *A greve nasce na fábrica: metalúrgicos no Rio de Janeiro* (1979). Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1986.
- WEFFORT, Francisco. *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco, 1968*. São Paulo: Cebrap, 1972.

Recebido em 21/6/2023

Aprovado em 22/8/2023